

Compreendendo a Educação Fiscal e a Gestão Pública: Investigação em escolas públicas do Estado do Ceará

Understanding Fiscal Education and Public Management: Research in public schools in the State of Ceará

Comprensión de la educación fiscal y la gestión pública: investigación en escuelas públicas del Estado de Ceará

Grupo temático 01 - Ensino, pesquisa e extensão no Campo de Públicas

Maria Luiza Botelho Araújo, Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Milton Jarbas Rodrigues Chagas, Universidade Federal do Cariri (UFCA)

RESUMO

A educação fiscal desempenha papel fundamental no fortalecimento da gestão pública democrática, ao contribuir para formação de cidadãos conscientes em relação a arrecadação tributária, aplicação dos recursos públicos e controle social. Nesse sentido, este estudo busca investigar o nível de compreensão fiscal de alunos de escolas públicas do estado do Ceará acerca de cidadania, tributação e gastos públicos. A pesquisa foi desenvolvida a partir de um projeto de extensão universitária que envolveu seis municípios e 320 alunos da rede pública do Ceará, no período de março a outubro de 2025. As ações educativas incluíram atividades interativas, como o Talk Show Fiscal, rodas de conversa e aplicação de questionário estruturado. O instrumento de coleta de dados contemplou três formatos de mensuração, a escala do tipo Likert, questões objetivas e estudos de caso. Para o tratamento dos dados utilizou-se a estatística descritiva, sendo a análise conduzida com base em dimensões analíticas definidas a partir de técnicas de análise de conteúdo e formato de mensuração das questões. Os resultados indicam, em âmbito regional, um nível médio de 77,76% de acertos em conhecimento fiscal básico, apresentando variações entre os municípios analisados. Além disso, observa-se uma relação positiva entre o estimador PIB per capita e o nível de compreensão dos estudantes, sugerindo possível associação entre aspectos socioeconômicos e efetividade das políticas de educação fiscal.

Palavras-chave: Educação fiscal; gestão pública; cidadania.

ABSTRACT

Fiscal education plays a fundamental role in strengthening democratic public management, contributing to the formation of citizens aware of tax collection, the application of public resources, and social control. In this sense, this study seeks to investigate the level of fiscal understanding among students from public schools in the state of Ceará regarding citizenship, taxation, and public spending. The research was developed from a university extension project involving six municipalities and 320 students from the Ceará public school system, from March to October 2025. The educational activities included interactive activities such as the Fiscal Talk Show, discussion groups, and the application of a structured questionnaire. The data collection instrument included three measurement formats: a Likert scale, objective questions, and case studies. Descriptive statistics were used for data processing, with the analysis conducted based on analytical dimensions defined using content analysis techniques and the measurement format of the questions. The results indicate, at the regional level, an average level of 77.76% accuracy in basic tax knowledge, showing variations among the municipalities analyzed. Furthermore, a positive relationship is observed between the GDP per capita estimator and the students' level of understanding, suggesting a possible association between socioeconomic aspects and the effectiveness of tax education policies.

Keywords: Fiscal education; public management; citizenship

RESUMEN

La educación fiscal desempeña un papel fundamental en el fortalecimiento de la gestión pública democrática, contribuyendo a la formación de ciudadanos conscientes de la recaudación tributaria, la aplicación de los recursos públicos y el control social. En este sentido, este estudio busca investigar el nivel de comprensión fiscal entre estudiantes de escuelas públicas del estado de Ceará con respecto a la ciudadanía, la tributación y el gasto público. La investigación se desarrolló a partir de un proyecto de extensión universitaria que involucró a seis municipios y 320 estudiantes de la red escolar pública de Ceará, de marzo a octubre de 2025. Las actividades educativas incluyeron actividades interactivas como el Fiscal Talk Show, grupos de discusión y la aplicación de un cuestionario estructurado. El instrumento de recolección de datos incluyó tres formatos de medición: una escala Likert, preguntas objetivas y estudios de caso. Se utilizó estadística descriptiva para el procesamiento de los datos, y el análisis se realizó con base en dimensiones analíticas definidas mediante técnicas de análisis de contenido y el formato de medición de las preguntas. Los resultados indican, a nivel regional, un nivel promedio de precisión del 77,76% en conocimientos tributarios básicos, mostrando variaciones entre los municipios analizados. Además, se observa una relación positiva entre el estimador del PIB per cápita y el nivel de comprensión de los estudiantes, lo que sugiere una posible asociación entre los aspectos socioeconómicos y la efectividad de las políticas de educación fiscal.

Palabras clave: Educación fiscal; gestión pública; ciudadanía.

1. Introdução:

O conhecimento sobre direitos e deveres contribui para o processo de formação cidadã, tornando os indivíduos capazes de compreender criticamente o seu papel social e atuar de forma consciente no cumprimento das normas fiscais, contribuindo para construção de uma sociedade mais justa (Rocha; Pordeus, 2021). Diniz e Nabhan (2024), apontam que o sistema tributário brasileiro enfrenta obstáculos relacionados à sua complexidade e à falta de transparência, resultantes da grande quantidade de tributos existentes, o que dificulta sua aplicação prática, limita o acesso à informação, compromete a justiça social e desestimula o crescimento econômico.

Nesse contexto, a educação fiscal mostra-se fundamental para que a população compreenda a importância dos tributos e sua relação com as atividades estatais, tornando-se essencial para garantir a participação social no controle da gestão pública (Reis et al., 2011). A promoção da consciência tributária, por meio da educação fiscal, possibilita um maior entendimento sobre o financiamento estatal, a destinação de recursos públicos e o funcionamento da administração pública, fortalecendo o setor público, empoderando o setor plural (composto pela sociedade civil organizada) e criando mecanismos de controle social que contribuem para o equilíbrio entre Estado, mercado e comunidade (Medeiros; Añez, 2025).

Na literatura internacional, observa-se uma lacuna no que se refere às pesquisas que investiguem a relação entre a educação fiscal e a participação social nos mecanismos de gestão pública. Estudos de diferentes países concentram-se na aplicação do conhecimento tributário como estratégia para redução da sonegação de impostos e promoção da conformidade fiscal (Albert; Fadjarenie, 2022; Kwok; Yip, 2018; Bahari; Ling, 2025). Dessa forma, verifica-se no contexto internacional a predominância de análises voltadas ao conhecimento fiscal e cumprimento das obrigações tributárias.

No Brasil, estudos destacam a relevância da compreensão da educação fiscal na adoção de estratégias utilizadas na gestão pública (Medeiros; Añez, 2025; Palmeira, Chagas e Melo, 2025; Trigueiro et al. 2023). No entanto, a principal discussão leva em consideração o impacto da educação fiscal para o exercício da cidadania e do controle social (Barbosa; Nunes, 2020; Souza, 2022). Desse modo, entender como discentes de escolas públicas compreendem a educação fiscal, relacionada à gestão pública, é fundamental para que se entenda o funcionamento da administração pública e como os tributos são utilizados para financiar bens e serviços públicos.

Desta maneira, este estudo tem a seguinte questão problema: Qual o nível de compreensão fiscal de alunos de escolas públicas do Estado do Ceará acerca de cidadania, tributação e gastos públicos? Como objetivo, busca-se investigar o nível de compreensão fiscal de alunos de escolas públicas do estado do Ceará acerca de cidadania, tributação e gastos públicos. Este estudo busca ampliar o escopo dos estudos anteriores, com foco na relação entre educação fiscal e gestão pública.

2. Referencial teórico

2.1 Tributação, Educação Fiscal e Gestão Pública

A garantia de direitos individuais e coletivos, bem como a adequada prestação de serviços à sociedade, integra as ações do Poder Público para cumprimento de suas finalidades constitucionais. A execução dessas políticas depende da arrecadação de recursos financeiros (Junior et al., 2019). Embora o Estado disponha de múltiplas fontes de financiamento, pode-se destacar os tributos como o principal suporte para manutenção da “máquina pública” (Grzybovski; Hahn, 2006).

Os tributos, em suas diferentes vertentes sociopolíticas, exercem influência sobre a vida em sociedade, orientando a forma como essa se organiza e conduz questões políticas, sociais e de poder, podendo ser descrito como um fato social (Dias; Falcão, 2018). Dias e Falcão (2018) descrevem o percurso histórico dos tributos, iniciando nas sociedades antigas e finalizando com a análise do comportamento tributário em meio aos movimentos liberais e consolidação do Estado Providência.

No Brasil, o pagamento de tributos possui caráter explicitamente compulsório desde que estabelecido pelo Art. 3º do Código Tributário Nacional (CTN), em 1966. Contudo, a cultura de inconformidade tributária ainda se mostra persistente. Tal comportamento se deve, em parte, pelo desconhecimento dos cidadãos em relação às noções fiscais básicas (Grzybovski; Hahn, 2006) e pela dificuldade de compreensão do sistema de distribuição de recursos públicos, fruto da elevada complexidade (Rocha; Pordeus, 2021) e do excesso de regulamentações tributárias (Albert; Fadjarenie, 2022).

Visando a redução da assimetria informacional e a melhor compreensão do processo tributário, foi aprovada, em 20 de dezembro de 2023, a Emenda Constitucional nº 132 (BRASIL, 2023), iniciando um processo de reformulação no sistema tributário brasileiro. A Emenda Constitucional estabelece os alicerces para uma transição abrangente, com o objetivo principal de unificar os tributos sobre o consumo, eliminando as complexidades decorrentes da tributação fragmentada, proporcionando um ambiente mais equitativo para os entes federativos (Guerra, 2024).

Nesse cenário, consolida-se a educação fiscal, não somente como uma alternativa para ampliar a conformidade dos cidadãos em relação às obrigações fiscais (Kwok; Yip, 2018), mas como instrumento de fortalecimento da cidadania e de engajamento social nos processos de gestão pública. O ensino fiscal busca estimular a participação ativa dos cidadãos, de forma ética e solidária, na construção das políticas tributárias (Reis et al., 2012), contribuindo para a promoção de um bem comum e de uma sociedade mais igualitária e democrática (Junior et al., 2019). De acordo com Cruz & Lima (2019), a educação fiscal é compreendida como uma prática pedagógica voltada à formação da cidadania, à medida que proporciona aos indivíduos o conhecimento sobre o papel dos tributos na manutenção e desenvolvimento do Estado e os convida à reflexão ética sobre sua função social.

A educação escolar básica figura-se como instrumento social de controle capaz de influenciar os processos de gestão pública (Silva; Tardin, 2019). Ao integrar a escolaridade ao ensino de conteúdos relacionados à tributação, observa-se um estreitamento de laços entre Estado e sociedade, fortalecendo a consciência fiscal e controle social (Grzybovski; Hahn, 2006). Sob essa ótica, a educação fiscal faz-se fundamental para construção de uma gestão pública mais justa e transparente, ao promover a participação popular no acompanhamento e fiscalização da correta alocação de recursos públicos, bem como, da qualidade de retorno das políticas públicas (Veiga; Leal, 2023).

2.2. Educação Fiscal no Brasil

Cabe Rocha e Pordeus (2021) reconhecem a educação como um dos pilares para construção de uma consciência cidadã, defendendo que o ensino tributário contribui para a transformação dos indivíduos, que superam o desconhecimento inicial e passam a compreender criticamente seu papel social. Nesse sentido, a educação fiscal apresenta-se como instrumento para viabilizar o pleno exercício da cidadania ao despertar o interesse social sobre uma temática historicamente marcada por resistência (Reis et al., 2012).

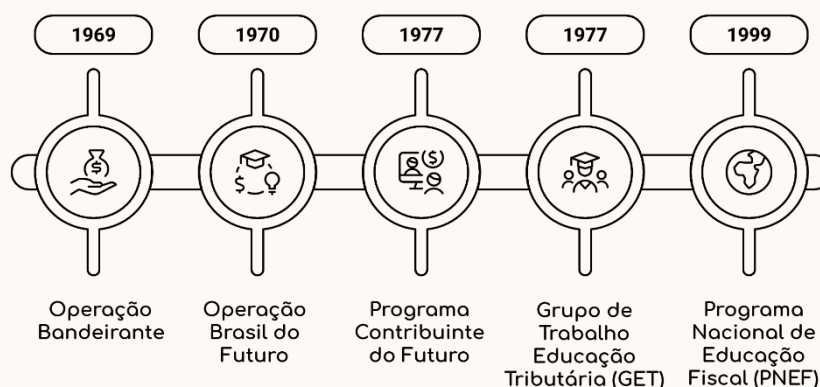
Assim como a arrecadação de tributos envolve em uma série de eventos sociais (Dias; Falcão, 2018), a educação fiscal no Brasil também se constitui em face a um conjunto de ações políticas. Os primeiros passos em direção ao ensino fiscal no país deram-se ainda na época da ditadura militar, em 1969, com a “Operação Bandeirante”. (Conceição; Oliveira; Costa, 2020; Grzybovski; Hahn, 2006). Tal projeto tinha como objetivo principal orientar a população “a não pagar multas”, através do ensino sobre a função social dos tributos e sua aplicação em obras públicas (Lima, 2019).

Em 1970, a Operação Brasil do Futuro buscou inserir a educação fiscal nas instituições de ensino. O intuito do programa era orientar às crianças sobre conhecimentos tributários básicos e reduzir a noção cultural de estado de guerra entre fisco e sociedade. Nesse sentido, a publicação Dona Formiga, Mestre Tatu e o Imposto de Renda foi distribuída nas escolas de ensino fundamental. Uma das justificativas para a suspensão das ações, em 1972, foi de que os resultados somente se fariam sentir em um prazo muito distante (Minas Gerais, s.d.).

Alguns anos após, em 1977, a Secretaria da Receita Federal lançou o Programa Contribuinte do Futuro, para ampliar o entendimento sobre a função social dos tributos e melhorar a disposição de contribuir para as finanças do Estado, mediante colaboração com estabelecimentos de ensino e distribuição de livros e cartilhas a alunos e professores. No entanto, essa operação não alcançou condição de atividade permanente por falta de compreensão da sua essencialidade (Minas Gerais, s.d.).

Ainda em 1977, o Conselho Fazendário (CONFAZ), aprovou a criação do Grupo de Trabalho Educação Tributária (GET) a fim de desenvolver um programa nacional permanente de educação tributária e de acompanhar as atividades dos grupos de trabalhos estaduais. Com a Constituição Federal de 1988, o Brasil passou a destinar maior atenção às questões tributárias e ao incentivo à Cidadania (Conceição; Oliveira; Costa, 2020). Posteriormente, em 1999, em decorrência da ampliação do escopo do projeto, o GET teve sua denominação alterada, passando a se chamar Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF). A Figura 1 apresenta a evolução histórica da Educação fiscal no Brasil.

Figura 1 - Evolução histórica da Educação Fiscal no Brasil



Fonte: Autores, 2026

O PNEF é uma iniciativa voltada para o fortalecimento da cidadania, por meio da compreensão sobre tributos, gastos públicos, transparência e controle social. Sua execução ocorre de forma articulada e descentralizada pelos estados (Lima, 2019). No âmbito estadual, o Programa de Educação Fiscal do Estado do Ceará (PEF), instituído pela Lei n.º 16.697/2018, promove cursos, eventos e projetos de extensão universitária para difundir o

conhecimento fiscal. Além disso, disponibiliza materiais didáticos para alunos do ensino fundamental II, médio e superior.

2.3 Estudos Correlatos

Os estudos internacionais, direcionados à educação fiscal nas instituições de ensino, contemplam diferentes níveis de escolaridade. Albert e Fadjarenie (2022), constatarem que a disseminação precoce desse conhecimento, em ensino fundamental e médio, influencia positivamente a conformidade fiscal dos futuros contribuintes. No ensino superior, nota-se a necessidade de acesso à educação tributária em áreas não contábeis, visto que somente alunos de contabilidade, e em alguns casos da administração, têm contato com o tema (Bahari; Ling, 2025)

Na China, Kwok e Yip (2018) demonstram que o conhecimento tributário impacta positivamente na conformidade fiscal. Os autores concluem que, nesse cenário, onde o governo depende fortemente da declaração voluntária de impostos, tal compreensão exerce um papel significativo na conformidade por meio de três canais: o preparo para o cumprimento das obrigações, a percepção de justiça do sistema tributário e o desenvolvimento do raciocínio moral.

Na América Latina, percebe-se uma estreita relação entre educação tributária e conformidade fiscal, pois em vários países, como Chile, Argentina e Brasil, as instituições responsáveis pela implementação dos programas de educação fiscal são as mesmas voltadas à fiscalização e arrecadação de impostos. Contudo, o Brasil se diferencia por adotar um modelo descentralizado, no qual o governo federal define diretrizes e estratégias pedagógicas, enquanto estados e municípios implementam seus próprios programas (Conceição; Oliveira; Costa, 2020).

Reis et al. (2012), verificaram os meios de disseminação da educação fiscal nos 27 estados da federação brasileira, segregando suas análises por região, e concluíram que 96% dos estados desenvolvem ações com essa finalidade. Além disso, os autores apresentaram uma proposta de modelo de gestão para educação fiscal, que contempla a inclusão de atividades educativas no ensino fundamental, através de jogos e brinquedos pedagógicos, e no ensino médio e profissionalizante, por meio de campanhas de arrecadação de notas fiscais e palestras com noções básicas de finanças públicas e direitos tributários.

No estado de Santa Catarina, uma iniciativa que integra educação fiscal e cidadania, desenvolvida no município de Chapecó, envolveu 19 escolas municipais. As ações concentraram-se na capacitação dos docentes das instituições de ensino participantes, através de gincanas, oficinas e atividades lúdicas. A avaliação dos resultados evidenciou uma elevada adesão dos professores ao projeto, assim como a importância de mecanismos lúdicos para despertar o interesse dos alunos sobre a temática tributária.

No âmbito do Estado do Ceará, Palmeira, Chagas e Melo (2025), investigaram o impacto da educação fiscal na formação cidadã de alunos de anos finais do ensino fundamental em escolas públicas nos municípios de Crato e Juazeiro do Norte. Os resultados, obtidos por meio de oficinas e aplicação de questionários, demonstraram avanços significativos na compreensão dos alunos, sobretudo quanto à função social dos tributos, à importância da participação cidadã e ao papel fiscalizador do cidadão.

3 Metodologia

Este estudo consiste em uma pesquisa de abordagem qualitativa, com apoio de análise quantitativa descritiva, desenvolvida por meio dos dados obtidos no projeto “Educação fiscal nas escolas: um exercício de cidadania”, vinculado ao programa UFCA Itinerante e coordenado pela Pró-reitoria de Extensão (PROEX) da Universidade Federal do Cariri. Os dados foram coletados e organizados de modo a permitir uma análise, tanto estadual quanto a nível municipal, do conhecimento fiscal em escolas da rede pública do Estado do Ceará.

Em relação a execução do projeto, foram conduzidas visitas programadas em escolas da rede pública de seis municípios do estado do Ceará. As ações envolveram 320 alunos em um período de oito meses, compreendendo de março a outubro de 2025. O público alvo foram estudantes do primeiro ao terceiro ano do ensino médio, dada a relevância de noções de tributação e gestão pública nesse estágio de formação. A Tabela 01 apresenta o

detalhamento sobre os municípios integrantes do projeto, evidenciando o PIB per capita e o número de habitantes, bem como as escolas e o quantitativo de alunos participantes.

Tabela 01 - Municípios integrantes do projeto e quantitativo de alunos

Município	Habitantes	PIB per capita	Escola	Alunos
Granjeiro	4.955	R\$ 13.935,81	EEMTI Miguel Saraiva Pinheiro	29
Campos Sales	26.049	R\$ 14.724,76	EEEP Presidente Médice	59
Tarrafas	7.574	R\$ 15.516,98	EEM Luiz Gonzaga de Alcântara	57
Salitre	17.303	R\$ 13.369,77	EEMTI José Waldemar de Alcântara e Silva	48
Caririaçu	27.532	R\$ 11.213,37	EEEP Paulo Barbosa Leite	49
Crato	139.027	R\$ 18.661,32	EEM Joaquim Valdevino de Brito	78
Total de alunos				320

Nota: O número de habitantes e o PIB per capita foram obtidos a partir dos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A principal metodologia adotada nas escolas foi o Talk Show Fiscal, uma dinâmica formulada pelos membros do projeto que busca a participação dos alunos na resolução de questões sobre educação fiscal. De forma complementar, houve a distribuição de panfletos educativos “Conhecendo os tributos”, jogos de perguntas e respostas, rodas de conversa e aplicação de questionário para mensurar o nível de compreensão dos alunos em relação à temática fiscal. Destaca-se que a produção dos materiais fundamentou-se nos livros da “Coleção Educação Fiscal e Cidadania” disponibilizados pelo Programa de Educação Fiscal do Estado do Ceará.

3.1 Coleta de dados

O instrumento empregado na coleta de dados consistiu em um questionário impresso, o qual contemplou três formatos de mensuração, a escala do tipo Likert, utilizada para medir o grau de concordância e discordância em relação a uma afirmação (Likert, 1932), questões objetivas e estudos de caso. A temática e a metodologia empregada em cada questão estão descritas nas Tabelas 02.

Tabela 02 - Questionário estruturado

Questão	Temática	Metodologia
Q1	Importância do conhecimento tributário para cidadania	Escala Likert
Q2	Utilização dos recursos públicos	Escala Likert
Q3	Conceito de tributos	Questão objetiva
Q4	Função social dos tributos	Questão objetiva
Q5	Percepção sobre o impacto do projeto de educação fiscal	Escala Likert
EC1	Tributação e prestação de serviços públicos	Estudo de caso
EC2	Documentos fiscais e transparência	Estudo de caso

Nota: Os estudos de caso (EC1 e EC2) foram aplicados de forma alternada, de modo que em cada escola foi trabalhado apenas um dos casos.

A combinação dos formatos de mensuração foi uma estratégia empregada para possibilitar a avaliação de diferentes aspectos relacionados à educação fiscal e sua relação com a administração pública, de modo a permitir uma análise tanto da percepção dos estudantes, quanto dos conhecimentos adquiridos e da capacidade de aplicação prática desses saberes. Além disso, a diversificação dos formatos buscou maximizar a robustez dos resultados e contribuir para a posterior organização dos dados em dimensões analíticas.

3.2 Análise de dados

A análise foi conduzida com base em dimensões analíticas definidas a partir do formato de mensuração das questões e das técnicas de análise de conteúdo propostas por Bardin (1977). Segundo a autora, a categorização é composta de duas etapas, a primeira consiste no inventário, no qual os elementos são isolados, e a segunda equivale a classificação, onde os itens são agrupados conforme a parte comum existente entre eles. Para o tratamento dos dados, empregou-se estatística descritiva em todas as dimensões analíticas, com o cálculo de médias e desvios-padrão. A relação das dimensões, bem como o foco analítico de cada uma delas, está descrito na Tabela 03.

Tabela 03 - Dimensões de análise

Dimensão	Foco analítico	Questões
Dimensão 1 – Conhecimento fiscal básico	Compreensão conceitual sobre tributos	Q3, Q4
Dimensão 2 – Cidadania e gasto público	Percepção da função social dos tributos	Q1, Q2
Dimensão 3 – Avaliação da ação extensionista	Impacto das ações educativas	Q5
Dimensão 4 – Aplicação prática do conhecimento fiscal	Articulação entre tributação e serviços públicos	EC1, EC2

Nota: A temática individual das questões está descrita na Tabela 02.

A dimensão 1 corresponde ao conhecimento fiscal básico, mensurado pelas questões 3 e 4, que abordam, respectivamente, o conceito e a função social dos tributos. As dimensões 2 e 3 contemplam as questões relacionadas à percepção dos participantes, avaliadas por meio de escala Likert, conforme apresentado na Tabela 02. A dimensão 2 analisa a percepção acerca da função social dos tributos, enquanto a dimensão 3 destina-se ao impacto das ações educativas. Por fim, a dimensão 4 volta-se para aplicação prática do conhecimento fiscal, avaliada por meio de estudos de caso.

4. Resultados

4.1 Dimensão 1 - Conhecimento Fiscal Básico

A Tabela 04 apresenta os resultados obtidos na Dimensão 1, que busca mensurar o nível de conhecimento dos participantes a respeito de noções básicas de tributação. O total é composto pelo conjunto de respostas dos municípios envolvidos no estudo e fornece evidências para análise a nível estadual.

Tabela 04 - Conhecimentos Fiscais Básicos

Município	Nº respostas	Acertos (%)	Erros (%)
Granjeiro	58	79,31	20,69
Campos Sales	118	85,59	14,41
Tarrafas	114	85,09	14,91
Salitre	96	73,96	26,04
Caririaçu	98	66,33	33,67
Crato	156	76,28	23,72
Total	640		
Média		77,76	22,24
Desvio Padrão		7,28	7,28

Nota: Os resultados da Dimensão 1 foram obtidos a partir da combinação das respostas às questões 3 (O que são tributos?) e 4 (Os tributos podem ser classificados em?)

A partir da Tabela 04, observa-se que o nível de acertos não é totalmente homogêneo, com média de 77,76% e dispersão de 7,28%. Os municípios de Campos Sales e Tarrafas, os quais apresentam os dois maiores quantitativos de respostas, também obtêm os níveis mais elevados de acertos, 85,59% e 85,09% respectivamente, e, conseqüentemente, os menores níveis de erros, próximos dos 14%. Esse resultado indica uma maior compreensão dos estudantes acerca da tributação, sugerindo maior familiaridade com assuntos relacionados à educação fiscal e à atuação dos tributos na gestão pública.

Caririáçu demonstra a menor proporção de acertos (66,33%), localizando-se abaixo da proporção de acertos em esfera regional (77,97%) e demonstrando o menor conhecimento tributário básico entre os municípios analisados. A partir da Tabela 01, nota-se que o município de Caririáçu possui o menor PIB per capita (R\$11.213,37), enquanto Campos Sales e Tarrafas figuram entre os três maiores valores desse indicador. Esse achado sugere associação positiva entre condições socioeconômicas e efetividade das políticas de educação fiscal, ao passo que os municípios com maiores proporções de acertos apresentam também os maiores valores de PIB per capita. Tal evidência converge com a literatura, que aponta que maiores níveis de conhecimento e escolaridade estimulam a cobrança por informações, fortalecendo a relação Estado-sociedade e o grau de transparência (Silva; Tardin, 2019).

O Crato apresenta uma proporção de acertos de 76,28%, valor próximo da média. Esse município, apesar de mostrar-se no topo do índice PIB per capita, conforme Tabela 01, apresenta desempenho intermediário no contexto analisado, indicando que o entendimento fiscal básico não é influenciado unicamente por indicadores econômicos, mas também por outros fatores. De modo geral, nota-se que, em nível estadual, a média de acertos é de 77,97%, indicando que a maioria dos estudantes da rede pública do Ceará demonstra domínio em relação aos conhecimentos fiscais abordados.

4.2 Dimensões 2 e 3: Cidadania e Gasto Público e Avaliação da Ação Extensionista

As Tabelas 05 e 06 referem-se às dimensões 2 e 3, que buscam mensurar a percepção dos estudantes acerca da função dos tributos e da ação extensionista por meio de escala Likert. As categorias “concordância”, “indiferença” e “discordância” foram definidas, respectivamente, como a soma das alternativas “concordo totalmente” e “concordo parcialmente”; “nem concordo nem discordo”; e “discordo parcialmente” e “discordo totalmente”.

Tabela 05 - Dimensão 2 - Cidadania e Gasto Público

Município	Nº respostas	Concordância (%)	Indiferença (%)	Discordância (%)
Granjeiro	58	79,31	8,62	12,07
Campos Sales	118	85,59	5,93	8,47
Tarrafas	114	85,96	7,02	7,02
Salitre	96	84,38	12,5	3,13
Caririáçu	98	75,51	19,39	5,1
Crato	156	76,92	19,23	3,85
Agregado	640			
Média		81,28	12,12	6,61
Desvio Padrão		4,61	6,00	3,33

Nota: Os resultados da Dimensão 2 foram obtidos a partir da combinação das respostas às questões 1 (o conhecimento sobre os tributos é importante para fortalecer a cidadania) e 2 (os recursos públicos são gastos para atender as necessidades da sociedade).

Tabela 06 - Dimensão 3 - Avaliação da Ação Extensionista

Município	Nº respostas	Concordância (%)	Indiferença (%)	Discordância (%)
Granjeiro	29	93,1	3,45	3,45
Campos Sales	59	96,61	1,69	1,69
Tarrafas	57	94,74	5,26	0
Salitre	48	87,5	6,25	6,25
Caririaçu	49	73,47	18,37	8,16
Crato	78	92,31	7,69	0
Total	320			
Média		89,62	7,12	3,26
Desvio Padrão		8,48	5,90	3,37

Nota: Os resultados da Dimensão 3 foram obtidos a partir das respostas à questão 5 (o projeto sobre Educação Fiscal melhorou a sua percepção sobre tributos, direitos e deveres).

De modo geral, observa-se um nível de concordância elevado em ambas as dimensões, com média de 81,28% para a dimensão 2 e 89,62% para a dimensão 3, indicando uma percepção majoritariamente positiva dos respondentes. Os municípios de Campos Sales, Tarrafas e Salitre são as localidades que demonstram maior nível de conscientização tributária, evidenciada pelos maiores percentuais de concordância em relação ao papel dos tributos para promoção da cidadania e para o financiamento de políticas públicas.

A partir da Tabela 05, nota-se que Caririaçu apresenta o menor nível de concordância (75,51%) e o maior percentual de indiferença (19,39%) a respeito da temática de tributação e cidadania. Atrelado a isso, o município também possui o maior nível de discordância (8,16%) em relação ao impacto positivo das ações educativas de extensão (Tabela 06). Esse resultado sugere maior neutralidade e resistência quanto a compreensão da relação entre tributação, cidadania e o papel do Estado entre os estudantes do município.

Nota-se ainda que o nível de concordância dos participantes para a dimensão 3, apesar de elevado, possui um maior grau de dispersão (desvio padrão = 8,48) quando comparado a dimensão 2 (desvio padrão = 4,61). A partir disso, verifica-se que a percepção dos participantes acerca da contribuição positiva das ações voltadas para o ensino fiscal nas escolas não é homogênea, o que indica que algumas localidades podem enfrentar maior dificuldade em relação à resistência dos estudantes aos processos de implementação de políticas de educação fiscal no ambiente escolar.

4.2 Dimensão 4 -Aplicação prática do conhecimento fiscal

A Tabela 07 apresenta os resultados para a dimensão 4, que possui como foco analítico a articulação entre tributação e serviços públicos. O número de respostas e os percentuais apresentados foram mensurados após a exclusão das respostas em branco, de modo que os resultados correspondem somente aos estudos de caso efetivamente respondidos.

Tabela 07 - Aplicação prática do conhecimento fiscal

Município	Nº respostas	Acertos (%)	Erros (%)
Granjeiro	29	86,21	13,79
Campos Sales	59	100	0
Tarrafas	56	87,5	12,5
Salitre	48	70,83	29,17
Caririaçu	45	77,78	22,22

Crato	68	76,47	23,53
Total	254		
Média		83,13	16,87
Desvio Padrão		10,37	10,37

Nota: Resultados provenientes de dois estudos de caso distintos, analisados conjuntamente em função da equivalência metodológica. EC1 aborda tributação e prestação de serviços públicos e EC2 refere-se a função dos documentos fiscais e transparência.

O conjunto das localidades analisadas registra 254 respostas nos estudos de caso vinculados à dimensão 4, com média de acertos de 83,83%. O município de Campos Sales destaca-se como um outlier positivo, apresentando um percentual de acertos de 100%, sinalizando a plena capacidade dos participantes em compreender a dinâmica tributária na prática. Esse resultado sugere um controle social significativo nos processos de gestão municipal, uma vez que, o entendimento fiscal constitui-se como elemento fundamental para governança democrática da gestão pública (Veiga; Leal, 2023)

Entretanto, verifica-se por meio do desvio padrão (10,37%) e da amplitude entre o maior e o menor desempenho (29,17%), que a competência para resolução de problemas fiscais é heterogênea em nível regional, podendo apontar assimetrias na eficácia das políticas de educação fiscal dos municípios. Nesse sentido, verifica-se que, apesar da média global elevada, as escolas públicas do estado do Ceará ainda carecem de metodologias que garantam a uniformidade da compreensão prática sobre a prestação de serviços públicos e o papel dos documentos fiscais como instrumentos de transparência e, consequentemente, estimulem o engajamento social nos processos de controle da gestão pública.

Considerações finais

O presente estudo investigou o nível de compreensão fiscal de alunos de escolas públicas do estado do Ceará acerca de cidadania, tributação e gastos públicos, a partir das ações desenvolvidas no projeto de extensão “Educação Fiscal nas Escolas: um exercício de cidadania”, avaliando seu impacto sob a perspectiva da gestão pública e do controle social. Com base na integração entre pesquisa, ensino e extensão, buscou-se mensurar tanto o nível de compreensão dos estudantes tanto em relação às noções básicas de tributação quanto a percepção sobre cidadania, utilização de recursos públicos e aplicação prática do conhecimento fiscal.

Os resultados evidenciam, em nível regional, o domínio elevado dos estudantes acerca de conceitos fundamentais sobre tributação e sua aplicação prática. Observou-se média de 77,76% de acertos para dimensão 1, como foco na compreensão conceitual de tributos, e 83,13% de acertos na dimensão de análise 4, desenvolvida através da resolução de estudos de caso, indicando a capacidade de articulação entre o conhecimento teórico e situações concretas envolvendo gastos públicos e transparência.

Contudo, verificou-se assimetrias entre os municípios participantes, tanto em relação ao desempenho cognitivo quanto à percepção sobre as ações educativas. Nota-se que enquanto os municípios de Campos Sales e Tarrafas apresentaram percentuais de acertos próximos de 85% em relação ao conhecimento básico sobre tributação, Caririçu obteve somente 66,33% de respostas corretas, evidenciando a não homogeneidade dos resultados. Além disso, foi registrado um desvio padrão de 8,48% na concordância dos participantes em relação ao impacto positivo das medidas de educação fiscal implementadas no ambiente escolar.

Em relação à área temática “Ensino, Pesquisa e Extensão no Campo de Públicas”, o estudo contribui ao demonstrar que a integração entre projetos extensionistas e educação básica contribui para a difusão do conhecimento sobre financiamento de políticas públicas e participação social nos processos de gestão. Os resultados demonstram o impacto direto das ações extensionistas em populações pertencentes a diferentes classes sociais e que estão inseridas em diferentes contextos socioeconômicos, especialmente entre estudantes do ensino médio.



ARTIGO

Dentre as limitações da pesquisa tem-se o foco somente em escolas públicas de alguns municípios do Ceará, assim como a realização das ações de extensão com discentes de ensino médio, não havendo a possibilidade de generalização para outros contextos. Para estudos futuros, sugere-se o deslocamento da amostra para outras regiões, a ampliação dos níveis de ensino e uma análise longitudinal para verificar os efeitos das ações educativas ao longo do tempo. Além disso, recomenda-se o estudo das variáveis socioeconômicas e institucionais que podem ocasionar a heterogeneidade dos resultados.

Referências

- Albert, A., & Fadjarenie, R. A. (2022). Early tax education : Could it change the future compliance behavior ? *International Journal of Evaluation and Research in Education (IJERE)*, 11(4), 1912–1922. <https://doi.org/10.11591/ijere.v11i4.22241>
- Bahari, A. B. M., & Ling, L. M. (2025). Introducing Tax Education in Non-Accounting Curriculum in Higher Education : Survey Evidence. *Journal of Financial Reporting & Accounting*, 7(1), 37–51.
- Barbosa, D. M. P. S., & Nunes, M. A. C. (2020). A educação fiscal e a cidadania: Um estudo com alunos dos anos finais do ensino fundamental. *Revista de Educação Popular*, 19(3), 77–98.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo* (70º ed).
- Brasil. (1966). Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966: *Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm
- Brasil. (2023). *Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023: Altera o Sistema Tributário Nacional*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc132.htm
- Cazella, C. F., Pozzer, J. F., Santos, B. N. dos, & Cardoso, G. (2021). Educação fiscal e cidadania: uma atividade colaborativa entre instituições públicas e privadas no município de Chapecó/SC. *CAFI*, 4(2), 215–237.
- Ceará. (2018). *Lei nº 16.697, de 14 de dezembro de 2018: Institui o Programa de Educação Fiscal do Estado do Ceará*. <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/fiscalizacao-e-controle/item/6501-lei-n-16-697-de-14-12-18-d-o-17-12-18>
- Conceição, S. H. da, Oliveira, J. C. S., & Costa, V. N. (2020). Educação fiscal: um estudo exploratório da organização político-administrativa e das estratégias pedagógicas de disseminação do conhecimento para o exercício de cidadania e controle social no brasil, portugal, espanha, argentina e chile*. *Revista Mbote*, 1(2), 20–50.
- Cruz, D. R., & Lima, J. M. (2019). Educação fiscal: Práticas pedagógicas para a formação da cidadania. *Revista de Educação Pública*, 28(69), 201–220. <https://doi.org/10.29286/redepub.v28i69.827>
- Dias, M. B., & Falcão, M. A. (2018). A EMERGÊNCIA DO TRIBUTO E DO SEU PROCESSO SOCIOPOLÍTICO. *Duc In Altum Cadernos de Direito*, 10(20), 153–177.
- Diniz, E. G., & Nabhan, F. A. R. (2024). Reforma tributária: Uma análise do IBS como forma de substituição ao ICMS e ao ISS. *Revista Acadêmica Online*, 10(50), 1–12.
- Guerra, F. (2024). *Reforma tributária: O novo sistema tributário brasileiro*. Sistema CFC/CRCs. https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2024/07/reforma_tributaria.pdf
- Grzybovski, D., & Hahn, T. G. (2006). Educação fiscal : premissa para melhor percepção da questão tributária *.



Revista de Administração Pública, 0(5), 841–864. <https://doi.org/https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000500005>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). Produto interno bruto dos municípios. IBGE. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>

Lima, I. C. (2019). *Educação fiscal para a cidadania*. EGESP.

Medeiros, P. J. H., & Añez, M. E. M. (2025). Educação fiscal e o reequilíbrio da sociedade. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, 14(5), e2260. <https://doi.org/10.23900/2359-1552v14n5-76-2025>

Minas Gerais. Secretaria de Estado de Fazenda. (n.d.). *Programa Nacional de Educação Fiscal – Convite à cidadania*. https://www.fazenda.mg.gov.br/cidadaos/educacao_fiscal/programas/pnef.html

Palmeira, M. E. D., Chagas, M. J. R., & Melo, G. F. (2025). Análise do aprendizado em escolas municipais de Crato e Juazeiro do Norte–CE. In 36º Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ENANGRAD). <https://doity.com.br/anais/36-enangrad/trabalho/470866>

Junior, A. M. N., Machado, D. D. P. N., Guilherme, N. E., & Neto, M. F. (2019). A efetividade dos programas de educação fiscal e da nota fiscal paulista na construção da cidadania e no crescimento da arrecadação tributária. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, 16(3), 106–133. <https://doi.org/https://doi.org/10.25112/rgd.v16i3.1682>

Kwok, B. Y. S., & Yip, R. W. Y. (2018). Is Tax Education Good or Evil for Boosting Tax Compliance? Evidence from Hong Kong *. *East Asian Economic Association*, 32(4), 359–386. <https://doi.org/10.1111/asej.12163>

Reis, K., Pfitscher, D., Casagrande, H., & Denize, M. (2012). A EDUCAÇÃO FISCAL NO BRASIL : ESTUDO REALIZADO NOS 27 ESTADOS DA FEDERAÇÃO , DISTRIBUÍDOS NAS REGIÕES NORTE , NORDESTE , SUDESTE , SUL E CENTRO-OESTE. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 11, 37–56.

Silva, C. R. P., & Tardin, N. (2019). A educação como instrumento de controle social e monitoramento da transparência fiscal. *REUNA*, 24(4), 22–43.

Souza, M. F. (2022). *Tecnologia e educação fiscal: Ampliação da aprendizagem sobre a cidadania fiscal*.

Trawule, A. Y., Gadzo, S. G., Kportorgbi, H. K., & Sam-quarm, R. (2022). Tax education and fear-appealing messages: A grease or sand in the wheels of tax compliance? *Cogent Business & Management*, 9(1). <https://doi.org/10.1080/23311975.2022.2049436>

Trigueiro, T. R., Santos, R. T., & Guimarães, I. M. (2024). Uma tessitura acerca dos impactos da reforma tributária no âmbito municipal. *Revista Ibero-Americana de Humanidades*, 9(10), 3115–3144.

Veiga, T. L. D., & Leal, R. G. (2023). *A educação fiscal como condição de fomentar o exercício do controle social das atividades fiscais para uma gestão pública municipal democrática*. 11(3), 84–117.